

Olho por olho dente por dente

Fazer justiça com as próprias mãos, ou justiciamento tem ganhado espaço no Brasil, inclusive se estendendo ao interior onde raramente ocorria.

Estamos ressuscitando a barbárie dos tempos em que o Estado autorizava a vítima a se vingar do algoz da mesma forma, com igual intensidade e violência sofrida, ou seja, olho por olho dente por dente.

Tudo leva a crer que a sociedade civil está descrente e desiludida com nossas instituições encarregadas de fazer justiça, manter a paz e a equidade social.

O raciocínio lógico para muitos se orienta no sentido de que se o Estado está ausente e omissos na segurança da comunidade, conforme prevê a Constituição, a vítima tem o mesmo direito de se defender, utilizando esse espaço para impedir que lhe roubem e matem seus familiares, fazendo a sua própria justiça.

Há insegurança nas ruas, nas residências e empresas e a polícia, desprovida de meios técnicos modernos e eficientes, como o sistema de cadastro das digitais e laboratórios para levantar o DNA na cena do crime, não consegue a eficiência necessária para quebrar o sentimento de impunidade que grassa na população brasileira.

Os nossos presídios só cumprem a função de vingar e punir, pois são instituições medievais que deixam de atender a exigência da reeducação e recuperação do presidiário.

A lei de execuções penais prevê celas individuais de 6m², mas há em todos os presídios superlotação, circunstância que aumenta a agressividade, as doenças, os assassinatos e as fugas dos presos, porque ninguém quer retornar à prisão e prefere morrer nas ruas.

Portanto, o presidiário é punido duas vezes, a primeira por ter a liberdade de ir e vir cerceada e a segunda por cumprir a pena sem condições mínimas a dignidade humana, sujeito às agressões, doenças e mortes diariamente.

A sociedade em geral não reage a essas injustiças, porque normalmente o presidiário é negro, pobre, sem poder econômico ou político, incapaz de contratar um advogado criminalista.

Para muitos, insensíveis às consequências dessa violência, quanto mais se matarem nos presídios, menos bandidos teremos nas ruas futuramente.

Assim, o presidiário que cumpriu pena e regressa a sociedade torna-se mais agressivo e revoltado, passando a delinquir com técnicas aperfeiçoadas nas celas com criminosos de alta periculosidade.

Conclui-se, pois, que o sistema se autoalimenta na brutalidade e na barbárie e é o cidadão da classe média a maior vítima, pois está exposto diariamente a essa violência, sem segurança particular, carro blindado e helicóptero.

Portanto, o Estado, que nos onera com os mais altos impostos do mundo sequestrando um terço dos nossos rendimentos e do nosso trabalho, não retribui com o seu dever Constitucional de garantir saúde, educação e principalmente segurança.

Temos hoje 550 mil presos no Brasil e o numero de presídios é insuficiente para atender a nossa realidade. Há urgência de investimentos na segurança, enquanto não se consegue praticar uma política de justiça social eficaz.

A droga continua sendo a porta de entrada da criminalidade porque desintegra o corpo, a alma e a vida social do individuo.

O traficante, porque cria uma rede de criminalidade que se estende do roubo ao homicídio.

O Estado, por outro lado, não pode continuar com sua política e legislação tradicional no enfrentamento do problema do menor delinquente e da droga.

Contardo Calligaris, afirma que linchadores e bandidos são filhos de uma mesma sociedade que se encontra doente, onde inexistente o sentimento de uma comunidade de destino.

Por isso, Clóvis Rossi, com razão, se propõe a criar um projeto de país, ao invés de discutir projeto de poder para o Brasil, como é objetivo de políticos e da maioria dos partidos.

Vicente Braga